



LEVANTAMENTO DO AMBIENTE FÍSICO E DAS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DA RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL PARQUE ECOLÓGICO JOÃO BASSO (RONDONÓPOLIS, MT).

R. M. dos Santos ¹; A. M. M. Nardes ²; J. E. Santos ¹; L. E. Moschini ¹; E. M. Zanin ³ & O. Almeida

¹UFSCar, Depto. Hidrobiologia, São Carlos, SP; ²UFMT, Rondonópolis, MT; ³URI, Depto. Ciências Biológicas, Erechim, RS.

INTRODUÇÃO

Enquadradas como Unidade de Conservação de Uso Sustentável, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) que integram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (MMA-SNUC 2000), representam uma das principais estratégias para o fortalecimento das áreas protegidas e na ampliação de sua função na conservação da biodiversidade (UICN 1984; 1992). As RPPNs configuram uma questão de responsabilidade sócio-ambiental por parte dos proprietários de terras, empresas e organizações não-governamentais, demonstrando que o movimento de conservação em terras privadas está em crescimento, contribuindo de forma consistente para a conservação da biodiversidade no país. Atualmente, o Brasil contempla 426 RPPNs, protegendo de forma integral 406.472,36 ha (IBAMA 2006) de áreas naturais de interesse científico, ecológico, de lazer e educativo, com importantes recursos naturais, culturais, cênicos que devem ser adequadamente manejados. As RPPNs ganham destaque na região Centro-Oeste do país justificado pela diversidade de feições morfológicas, resultantes da evolução dos fatores morfoclimáticos, e em muitos casos das adaptações às diversidades litológicas ou aos condicionamentos estruturais a que a paisagem regional foi submetida. Neste contexto regional o Estado de Mato Grosso, atualmente com 15 unidades, contempla a maior extensão (172.980,67 ha) de área protegida do país na forma de RPPN (IBAMA 2006).

O planejamento das ações para garantir o sucesso de um plano de conservação em terras privadas depende, dentre vários fatores, da profundidade e da quantidade de conhecimento relacionado à caracterização do ambiente físico, bem como do zoneamento ambiental que estabelece usos diferenciados para cada zona segundo seus objetivos, potencialidades e características locais (MMA-SNUC 2000). Diante dessas considerações, este trabalho teve como objetivos a caracterização do

ambiente físico e o inventário georreferenciado dos aspectos culturais e dos atrativos naturais da Zona de Visitação da Reserva do Patrimônio Natural (RPPN) Parque Ecológico João Basso (PEJB), otimizando este instrumento de planejamento e gestão na perspectiva de contribuir para a formulação de um plano de manejo e de políticas para exploração de sua potencialidade turística, bem como de estratégias de conservação para a paisagem local.

MATERIAL E MÉTODOS

Área de estudo

O PEJB com uma área de 3.624,57 ha, está localizado no município de Rondonópolis, MT, tendo sido reconhecido como uma RPPN pelo IBAMA, através da Portaria nº 170 de 30/12/1997, como parte desmembrada da Fazenda Verde de propriedade da Agropecuária Basso S/A. A RPPN contempla uma diversidade de características ambientais relacionadas com a estética e beleza cênica da paisagem, que se configuram em atrativos especiais aproveitados no desenvolvimento do turismo ecológico local. A Zona de Visitação compreende uma área de 820,01 ha, cerca de 22,60% da área total da RPPN, com evidências da ocupação humana devido a presença de trilhas utilizadas pelos turistas, bem como de alguma infraestrutura instalada na forma de equipamentos e facilidades para os visitantes.

Procedimentos

A caracterização ambiental da Zona de Visitação da RPPN PEJB, envolvendo a espacialização temática da altimetria, malha viária e hidrografia, foi efetuada com base na digitalização da imagem LANDSAT-7, Base 225 e Ponto 071, de 29/07/2000, bandas 5, 4, 3, utilizando o Sistema de Informações Geográficas (SIG) ARCVIEW versão 3.2 para ambiente Windows e o SIG/MAPINFO 7.5. O inventário do potencial turístico envolveu o uso de

GPS para o mapeamento georreferenciado dos aspectos históricos e culturais (sítios arqueológicos) e dos atrativos naturais (morros, picos, córregos e cachoeiras, trilhas, mirantes naturais, etc.), sobrepostos a carta de hidrografia da Zona de Visitação da RPPN.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A RPPN PEJB compreende um vale encaixado entre chapadas, que se destaca pela intensa dissecação caracterizada por escarpas estruturais e erosivas, com relevo ruiforme, resultante do encaixamento do ribeirão Ponte de Pedra, sobre arenitos e siltitos da Formação Furnas. A altitude varia de 200 a 520 m nas delimitações do PEJB e de 200 a 600 m na região de entorno imediato do mesmo. A declividade acentuada caracteriza a Zona de Visitação da RPPN como uma região de encosta e topos de morros, com a presença de afloramentos rochosos de rara beleza cênica, além de um ambiente de grande riqueza arqueológica pela presença de inscrições e arte rupestre nas grutas e cavidades naturais existentes nas encostas íngremes. Pelas características do terreno a região constitui um cenário natural propício ao ecoturismo, além do atributo de conservação de áreas naturais de cerrado, as quais justificam a criação da RPPN e a necessidade de um plano de manejo para a exploração sustentada de suas potencialidades turísticas. A malha viária da região de estudo, incluindo as áreas da Fazenda Verde e da RPPN Parque Ecológico João Basso, contempla duas Rodovias Federais (BR-364 e BR-163), duas Rodovias Estaduais (MT-130 e MT-270), além de rodovias não pavimentadas. Embora os traçados das estradas sem pavimentação não tenham sofrido alterações durante várias décadas, a expansão agrária regional da soja e do algodão determinou o crescimento da malha viária secundária parcialmente na borda limite das áreas agricultáveis. A Zona de Visitação da RPPN PEJB é drenada pelos córregos Sucuri e Igreja, cujas nascentes estão localizadas em áreas agrícolas da Fazenda Basso e, portanto, desprovidas de mata ciliar. Ao drenar pelo próprio arenito o Córrego Sucuri forma diversas cachoeiras (Tucum, Paredão, Taquari e Turbina) ao longo da trilha Cidade de Pedra, e conseqüentemente a escavação das marmitas produzidas pelo choque das águas, bastante utilizadas para atividades de lazer e recreação. Quatro trilhas (Caverna, Cidade de Pedra, Pedra Falha e Sítio Ferraz Igreja) foram mapeadas na Zona de Visitação do PEJB, cuja implantação respeitou e utilizou os padrões de deslocamento dos animais, o acesso de visitantes

às cachoeiras, aos sítios arqueológicos e às fisionomias importantes desta unidade da paisagem. A Trilha Caverna do Cipó, não incluída nos limites da Zona de Visitação da RPPN, tem vedada sua visitação pública, sendo exclusivamente destinada à pesquisa arqueológica.

Embora sob o controle administrativo do proprietário as atividades de ecoturismo no âmbito da RPPN vêm sendo efetuadas de forma não planejada, evidenciando um alto grau da presença humana devido as trilhas utilizadas pelos turistas, bem como da infra-estrutura instalada na forma de equipamentos e facilidades para os visitantes, sem, entretanto, estarem fundamentadas no conhecimento do ambiente físico e de um inventário georreferenciado de suas potencialidades turísticas, em termos dos seus aspectos históricos culturais e atrativos naturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- IBAMA 2006.** *Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis* - Disponível em Acesso em 23 de setembro de 2006.
- MMA-SNUC 2000.** (Ministério do Meio Ambiente - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza). *Lei nº 9985 de 18 de Junho de 2000. Decreto nº 4430 de 22 de Agosto de 2002.* Brasília, DF.
- UICN 1984.** *Estratégia Mundial para Conservação: A Conservação dos Recursos Vivos para um Desenvolvimento Sustentado.* CESP (trad.), São Paulo.
- UICN 1992.** União Mundial para Conservação da Natureza - Proposta e Objetivos. In *IV Congresso Mundial de Áreas Protegidas*, Caracas.